

Reconstrução Histórica da (Re)Ocupação do Noroeste do Estado do Paraná: Versões Oficiais e Situações Vivenciadas

SÁ, Luiz Carlos Tavares de⁽¹⁾; TOMANIK, Eduardo Augusto⁽²⁾

⁽¹⁾ Curso de Mestrado em Ecologia, Universidade Estadual de Maringá, fone (044) 3025 4604; E-MAIL: luizdesa@hotmail.com; ⁽²⁾ Departamento de Psicologia e Programa de Pós-Graduação em Ecologia, Universidade Estadual de Maringá, fone (044) 261.4291; E-MAIL: eatomanik@uol.com.br

RESUMO

Ao contrário daquilo que a historiografia oficial construiu a respeito da ocupação do Paraná, como se tivesse ocorrido de forma pacífica e harmoniosa, este artigo procura demonstrar a existência de processos conflituosos pela posse da terra, bem como desmistificar a idéia do vazio demográfico, sobretudo no período recente da historiografia paranaense dos meados do século XX. A historiografia sob o ponto de vista crítico ajuda a manter na memória os conflitos passados, resgatando também a importância da presença do excluído na história. Nesse sentido, ao rememorar, resgatar, reconstruir a história de forma crítica, dá-se voz ao excluído. O recurso do resgate histórico, dentro da visão crítica, evidencia a desigualdade das relações sociais e culturais e demonstra que há mais do que um simples convívio de pontos de vista diferentes, o que dá a medida da complexidade histórica, que jamais pode ser linear.

Palavras-chave: história do Paraná, (re)ocupação, vazio demográfico, Porto Rico.

INTRODUÇÃO

Nos limites deste texto, entende-se por história oficial, aqueles estudos elaborados numa situação em que um grupo ou classe social exerce o poder formal em determinado espaço geográfico e temporal e que adotam, como base factual, primordialmente, documentos elaborados por membros da elite dominante ou pelo aparato burocrático estruturado para o exercício de seu poder.

A história oficial do Estado do Paraná tem início a partir da ocupação “moderna” do seu território visando a exploração intensiva e sistemática de porções do mesmo para a satisfação da necessidade ou de interesses dos mercados regionais, nacionais ou mesmo globais. De acordo com a abordagem oficial, três foram as ondas povoadoras que, em conjunturas diversas e com motivações distintas, realizaram esta ocupação e formaram as características regionais que hoje constituem o Paraná, conforme ensinam Westphalen, Machado e Balhana (1968).

De acordo com o relatório PADCT/CIAMB (1993), a primeira tentativa de ocupação planejada da região noroeste do Estado, ocorreu no início do século XX, mais precisamente na década de 20, a partir de iniciativa da Companhia Brasileira de Viação e Comércio (BRAVIACO) e com apoio da Companhia de Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande (CEFSPRG), que já havia recebido, em 1888, do governo imperial, as terras situadas entre os rios Paranapanema, Ivaí e Paraná, que passaram a ser chamadas Gleba Pirapó. Cancian (1981), por sua vez, afirma que um processo de ocupação e colonização, mesmo que lento e não planejado por empresas colonizadoras ou pelos poderes públicos, já vinha ocorrendo mesmo antes da década de 20 e que já existiam estabelecimentos agropecuários na região, sem que se tenha conhecimento preciso sobre o início de suas atividades.

Embora o relatório PADCT/CIAMB (1993) não possa, em absoluto, ser tomado como parte da história oficial, alguns dos documentos utilizados para sua composição, em confronto com a

afirmação de Cancian (1981), já evidenciam a exclusão das iniciativas não-oficiais do campo dos relatos elaborados por aquela forma de interpretação dos processos sociais.

Apesar do discurso, valorizando o pioneirismo, os conflitos pela posse da terra chegaram até a década de 60. Ao final desta década, estava realizada a (re)ocupação territorial do Paraná na sua totalidade. Não havia mais terras para serem ocupadas. Os conflitos pela sua posse ou os produzidos pelas formas assumidas pela posse e o uso da mesma, entretanto, não deixaram de existir.

Procedimentos da pesquisa

Os procedimentos traçados para a execução desta pesquisa incluíram além do levantamento bibliográfico, o aprofundamento dos contatos informais com os moradores mais antigos do município de Porto Rico, visando promover o conhecimento mútuo e obter os elementos iniciais para o roteiro das entrevistas.

O levantamento de informações ocorreu através de observações participantes e de entrevistas semi-diretivas, que foram gravadas em vídeo e posteriormente transcritas. A seguir efetivou-se o estabelecimento de relações entre os dados de campo, outros dados já disponíveis sobre a região e a população. As observações participantes ocorreram quando o entrevistador, na presença de grupos reunidos, participava dos diálogos estabelecidos entre eles e, por vezes, solicitava mais informações a respeito das histórias contadas.

Foram aproximadamente oito meses de visitas periódicas e observações, ocorridas entre o final do ano 2000 e meados de 2001 para, apenas depois de estabelecido um certo grau de confiabilidade recíproca entre o grupo e o entrevistador, iniciar-se o processo de entrevistas gravadas em vídeo. A escolha dos entrevistados ocorreu por indicação, ou seja, a primeira entrevista ocorreu por aproximação do entrevistador e as demais por indicação dos próprios entrevistados, formando assim uma rede de indicações, totalizando dez entrevistas.

Não foi planejada a quantidade de entrevistas a serem gravadas por se tratar de uma análise qualitativa dos dados, com aprofundamento e exploração dos temas durante as entrevistas.

Recontando a história do noroeste do Paraná

Desmontando a idéia sobre a existência de um vazio demográfico na região noroeste do Estado do Paraná, Rosa (1997) afirma que os planaltos localizados na bacia do alto rio Paraná, no último quarto do século XIX eram pouco conhecidos pelo colonizador branco e habitados, sobretudo por grupos indígenas. As margens do rio conservavam quase intacto o seu revestimento vegetal. Demonstrando a existência, já naquela época, dos primeiros conflitos pela posse da terra, Mota e Noelli (1999), afirmam que expedições cruzaram os territórios indígenas localizados no atual noroeste do Estado do Paraná no século XVI.

Estudos como estes oferecem o substrato para a afirmação de que a história da ocupação, inclusive da região noroeste do estado do Paraná, deve ser tratada como uma (re)ocupação efetivada através da expulsão, dominação ou do extermínio das populações que ali estavam à mais tempo. Assim é que Tomazi (1999) verificou, através de recortes de jornais da primeira metade do século XX, a freqüente intrusão, bem como a formação de "grilos" na região da antiga Fazenda Brasileira, onde hoje localiza-se o município de Paranaíba, no noroeste do estado do Paraná.

Confirmando o trabalho de resgate histórico feito por Tomazi, Rosa (1997:378), afirma que no início dos anos 50, a respeito da colonização, "... a região compreendida pela colônia Paranaíba era conhecida pelas manchetes dos jornais de Curitiba como a 'capital do crime'". É preciso portanto, acrescentar algumas pitadas de desagradável realidade às imagens românticas do pioneiro trabalhador, abnegado e ordeiro e do processo de colonização bem organizado conduzido e sucedido.

As histórias vividas

Aquelas concepções sobre a existência de um processo que beneficia igualmente a todos, no qual não havia conflitos e que sugerem a existência de uma suposta harmonia social não se reflete nas lembranças dos moradores mais antigos, os entrevistados. Os relatos dos entrevistados sobre a chegada à região são recheados de histórias e de aventuras de um tempo em que os meios de transporte eram escassos. Havia somente alguns "picadões". *"Olha! Você não acredita, mas tinha trecho da viagem que o ônibus passa assim, relando cipós das árvores penduradas na beira da estrada. Porque não era estrada, era praticamente uma estradinha por dentro do mato mesmo"*.

Quase não existia estrutura física instalada na localidade; no entanto, em menos de 10 anos já havia uma estrutura econômica voltada para o comércio, embarque e desembarque da produção agrícola daquela região.

"Em 1958/59, passou por aqui, por esse rio, 206.000 sacas de café, que eu despachei e a estrada de ferro Sorocabana dava conhecimento ali e era dinheiro. O cara ia ali no banco e pegava o dinheiro. O café a gente mandava por navegação daqui, chegava em Presidente Epitácio, embarcava nos vagões e ia para George Western [referindo-se à empresa que recebia o café]".

Na década de 60, as terras na região, atrativos para a colonização, na fala dos entrevistados não eram valiosas e a situação social vivida, longe de ser pacífica, fazia com que valessem ainda menos. Conforme um dos entrevistados: *"Ah! Isso aqui... é...prá falá procê verdade memo, aqui valia nada não. Eu podia dá terra aqui de... você comprava dez alqueire terra aí por mili conto, né. Ocê dava a metade do dinheiro, a ota metade pocê pagá com um ano de prazo... ninguém queria, porque aqui era boca quente"*. Os "batalhadores pioneiros", ou alguns deles, ao que parece, trabalhavam com "armas alheias" às ferramentas para desmatar e singrar a terra no preparo para o plantio, isto porque *"... o povo era meio perigoso naquele tempo. Aqui tinha uma diversa pessoas aí que era brabo"*.

Um dos entrevistados relatou que *"... morreu muita gente aí. Gente boa morreu aí. Foi perdido muita família boa aí. Os cara vinha na ilusão de arrastá dinheiro com rodo, entende?"*. Ainda afirmou que existia grilagem na região e que em razão deste tipo de conflito, muitas pessoas foram mortas: *"... tinha grilo aí oh. Mataram muita gente aí. Daqui po Paranaíba aí, foi tudo grilado isso aí [porém] ... ninguém, ninguém, ninguém falava nada né, e o medo né"*.

Referindo-se às posses das terras ainda nos dias atuais o entrevistado relatou que *"tem, tem, tem terra aí que não tem, nego não tem nem título de terra aí. Nessas fazenda grande aí. (...) Foi tudo na base do chumbo (...) essa gleba toda aqui viu? Isso aí tudo"*. A situação vivida era tão conflituosa que um deles conta que *"... inclusive quando eu vim para cá, eu tinha um dinheiro que dava para comprar uma chácara, um sitiozinho, mas eu não quis comprar não. Com medo de terra grilada, aquelas coisas né"*.

Nota-se, através desta série de relatos dos moradores mais antigos, que o processo de chegada e de ocupação da região não se constituiu apenas em um simples chegar e estabelecer-se para a produção de riquezas, como sugere a historiografia produzida pelos órgãos oficiais. Ocorreram inclusive eventos capazes de demonstrar o quanto foi conflituosa aquela época, e que nem de longe estão registrados nos documentos oficiais, embora ainda estejam vivas nas memórias daqueles que delas fizeram parte ou que as acompanharam de perto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A historiografia oficial, aquela que produz o que deve ser dito, gera um discurso monológico, isto é, de um único ponto de vista, quase sempre comprometido com as idéias dominantes. Ela, em sua quase totalidade, é contada a partir de documentos como se estes fossem os fatos em si

ou a mais pura expressão da verdade. Como se os fatos tivessem suas origens nos documentos e não nos sujeitos das ações que por sua vez constroem a história. Os sujeitos propriamente ditos são excluídos da construção histórica e passam a figurar como simples objetos da mesma.

A importância de apontar esse fato reside em quê, a partir dessa nova visão, a dos conflitos, resgata-se a história de muitos daqueles que participavam efetivamente da construção da região no passado e que têm o direito de dar continuidade à sua participação. Devolve a estas populações o seu caráter de sujeitos da sua própria história. Valoriza pela narrativa e também pelos argumentos, a "outra" história, mestiçada de tradições, de relações contraditórias e costumes diferentes, não registrada pela história oficial.

O recurso do resgate histórico, dentro da visão crítica, evidencia a desigualdade das relações sociais e culturais e demonstra que há mais do que um simples convívio de pontos de vista diferentes, o que dá a medida da complexidade histórica, que jamais pode ser linear.

Este trabalho não se propôs a esgotar o assunto, mas, primordialmente, a iniciar uma reflexão sobre uma metodologia, dentre outras plausíveis, para a análise do pensamento social, através da oralidade. Diante dos relatos apresentados, nota-se que a história vivenciada e narrada pelos sujeitos sociais constitui-se numa forma alternativa de registrar experiências vividas pelos protagonistas diretos da história. Mais do que oferecer explicações e trazer à tona aspectos pouco conhecidos ou escondidos pela historiografia indica novos caminhos para esta.

Por fim, histórias como estas "... são coisas assim, só vivendo para contar".

REFERÊNCIAS

CANCIAN, N. A. *Cafecultura paranaense: 1900-1970*. Curitiba, Grafipar, 1981.

MOTA, LÚCIO TADEU E NOELLI, FRANCISCO SILVA. *Índios, Jesuítas, Bandeirantes e Espanhóis no Guairá Nos Séculos XVI e XVII*, Maringá, 1999, mimeo.

RELATÓRIO ANUAL DO PROJETO: *Estudos Ambientais da Planície de Inundação do Rio Paraná no Trecho Compreendido entre a Foz do Rio Paranapanema e o Reservatório de Itaipu*, 1993.

ROSA, C. *Processo de ocupação e situação atual*. in VAZZOLER, A. E. A. de M. et al, A Planície de inundação do alto rio Paraná: aspectos físicos, biológicos e socioeconômicos. Maringá, EDUEM:Nupelia, 1997.

TOMAZI, NELSON DACIO. *Construções e silêncios sobre a (re)ocupação da região norte do estado do Paraná*, in GONÇALVES, José Henrique Rollo e DIAS, Reginaldo Benedito. Maringá e o norte do Paraná: estudos de história regional. Maringá, Eduem, 1999.

WESTPHALEN, C. M.; MACHADO, B. P.; BALHANA, A. P. *Nota prévia ao estudo da ocupação da terra do Paraná moderno*. In Boletim da Universidade Federal do Paraná. Departamento de História. Curitiba (7):1-52, 1968.